

JN

9/2/744

As Caixas Sindicais de Previdência

A instituição das Caixas de Previdência foi medida de largo alcance social, que, a seu tempo, há-de fazer sentir os mais benéficos efeitos na vida da Nação. Quando estiverem organizadas em todas as profissões e começarem a pagar a reforma dos operários e empregados, desaparecerá da nossa terra uma das mais revoltantes injustiças, isto é, de um operário ou empregado se ver obrigado a estender a mão à caridade quando não puder trabalhar mais. Depois duma vida de canseiras, depois de ter dado à sociedade e ao seu patrão o melhor do seu esforço de cinquenta ou sessenta anos de trabalho, temes de concordar ser incompreensível anomalia ver-se um cidadão a braços com a miséria, pelo «crime-social» de ter envelhecido no trabalho!

A Previdência, reparando esta e outras injustiças, vem restabelecer um equilíbrio perdido e, portanto, deve ser absolutamente apoiada, defendida e propagada com todas as veras da nossa alma.

As Caixas de Previdência, para poderem desempenhar porém a sua função, têm de funcionar em moldes de absoluta segurança, capitalizando as cotizações mensais das entidades submetidas por lei à realização progressiva das reservas matemáticas, e administrando essas mesmas reservas com aquela prudência que se exige a quem zela os bens alheios ou é fiel depositário dum tesouro que pertence à comunidade. Porque, afinal, sendo esse dinheiro pertença da profissão, nem o próprio Estado dele poderá dispor a seu bel-prazer, a não ser que primeiro destruamos toda a nossa legislação constitucional, civil, comercial e social que reconhece e defende o direito de propriedade.

Vem isto a propósito da voz corrente que nos informa somarem já as reservas matemáticas das Caixas de Previdência e de Abono de Família um total superior a um milhão de contos, que se encontram depositados pelo menos na sua maior parte, por ordem superior, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

O simples depósito, se é uma medida de segurança, nem sempre é uma boa medida administrativa. E, por isso, um decreto de há meses, reconheceu a necessidade de não só permitir, mas até fomentar a aplicação duma parte desse enorme capital na construção de moradias económicas de que tão necessitadas andam as classes trabalhadoras e as próprias classes médias. Consta-nos até que estaria já constituída a Comissão encarregada de estudar e executar o interessante programa.

Mas primeiro que se chegue do estudo à realidade, vai mediar um tempo mais ou menos longo, tempo em que esse dinheiro continuará sem aplicação económica, a encher os cofres da Caixa Geral, que, não tendo interesses sociais directos a defender, se sentiu um tanto enfastiada com tal aumento de depósitos, e, por isso, não só não remunera com nenhuma espécie de juros o capital que as Caixas lhe confiam, como ainda cobra meio por cento pelo trabalho de o guardar

Não sabemos evidentemente a soma exacta que a Caixa Geral arrecada. Mas partindo da tal base do milhão de contos, pela guarda das reservas matemáticas, a Caixa Geral receberia da previdência dos trabalhadores o melhor de cinco mil contos anuais!

Será difícil, por certo, resolver de pronto e com as devidas cautelas, o problema. Mas esta situação faz-nos recordar o início do comércio bancário que fazia quase só a simpática função de cofre-forte e cobrava dinheiro pelos depósitos que lhe confiavam, só com a diferença de que, naqueles tempos, a moeda tinha valor intrínseco, e hoje não o tem.

Cinco mil contos anuais é muito dinheiro! Quanto não poderiam fazer com ele as Direcções das Caixas de Previdência pela sua secção de Assistência, indo atenuar a miséria dos seus velhos profissionais que não têm direito à reforma?

Parece-nos que este assunto, pelo que tem de chocante e de gravidade deve merecer a cuidada atenção do

novo Governo, porque, afinal, de alguma parte há-de vir o dinheiro. Se as taxas para a constituição das reservas matemáticas estão calculadas prevendo já um rendimento do dinheiro capitalizado, como poderão manter-se não só sem esse rendimento, mas ainda com semelhante encargo? © Todos os direitos

E' certo que as taxas foram talhadas um pouco pelo seguro, isto é, à larga. Mas os encargos das Caixas de Previdência e Abono de Família vão sendo tais, que elas mesmas já sentem a necessidade de suprimir auxílios que iam dando—o que se torna antipático—para, com essa verba «economizada», poderem pagar outras coisas que nada têm que ver com Previdência nem Abono de Família.

E' muito fácil administrar assim... à custa das regalias dos outros. Mas é o caso de se perguntar se será isto administrar.

Como se trata de um problema de envergadura nacional, parece-nos que não será impertinência pedir ao Governo um pouco mais de «vigilância» com a actual administração das Caixas Sindicais de Previdência

ABEL VARZIM